

Ulysses tenta acordo para votação do mandato

Virginia Drummond

Janio de Freitas

A nova busca do passado

A situação calamitosa do PMDB, por efeito do desgaste a que se ofereceu com os três "ismos" que passaram a caracterizá-lo —fisiologismo, imobilismo e servilismo— mostra-se toda nesta realidade assombrosa: com 22 entre 23 governadores, com metade dos constituintes e maioria fácil na quase totalidade das assembleias estaduais, nem assim o partido tem em qualquer das capitais um "candidato natural" e com probabilidade tranquila de conquistar a prefeitura.

Deste quadro de degenerescência sem precedente, flui uma consequência curiosa, quando se considera a divisão instalada no peemedebismo pelos inconformados com a traição do partido aos compromissos que o consagraram.

Minoritários entre os constituintes do PMDB e repelidos pelos governadores, ainda assim os dissidentes peemedebistas que articulam um novo partido são os detentores das melhores perspectivas políticas. A possibilidade de recuperação do PMDB, para reencontrar-se consigo mesmo, depende da permanência dos dissidentes e de sua participação predominante na condução do partido —do que demonstra perfeita consciência o próprio Ulysses Guimarães, ao oferecer aos dissidentes a maioria na Comissão Executiva peemedebista. Se abandonar o PMDB por um novo partido, o grupo dissidente por certo capitalizará as antigas e relegadas teses do peemedebismo e, de quebra, tende a atrair potencialidades do PT estratificado por conflitos internos e eternos e, ainda, do PDT dependente só da aceitação a seu chefe Leonel Brizola.

O maior obstáculo à permanência dos dissidentes no PMDB, levando-os ao projeto do novo partido, é a incompatibilidade entre o seu propósito de cumprir os velhos compromissos peemedebistas e a postura dos governadores do próprio PMDB, que na quase totalidade estão e continuarão completamente desligados de tais compromissos.

Esta motivação, ausente nas explicações públicas em defesa do novo partido, ficou evidente na resposta com que o senador Fernando Henrique Cardoso refutou, em nome dos dissidentes, o argumento dos demais históricos do PMDB de que a luta não deve ser para criação de outro partido, mas para a reconquista do PMDB: "E de que adiantaria reconquistarmos a direção do partido, se os governadores continuarão tendo os instrumentos de influência em todas as instâncias partidárias e nós sabemos que eles

não têm nenhum compromisso com os compromissos do PMDB? Além de dominados pelo governo federal, eles têm projeto político próprio e vão continuar agindo em razão deste dois condicionamentos."

O calor nas reuniões das duas correntes de peemedebistas históricos tem crescido, e alcançou altos graus no encontro mais recente, à proporção em que os adeptos do novo partido contrapõem, inflexíveis, argumentos de difícil resposta para os defensores da permanência geral no PMDB. Estes procuram valer-se de questões objetivas: "Quantas prefeituras vocês acham que conquistam?" A resposta, de fato, não é numericamente confortável: "De imediato, só podemos pensar em duas, a de São Paulo e a de Belo Horizonte." A propósito, no caso paulista a maioria dos dissidentes não crê na candidatura de Silvio Santos ou, quando admitida, não a considera capaz de derrotar um Franco Montoro ou um Mário Covas.

Objetivos numéricos não figuram, no entanto, nas cogitações dos dissidentes para o futuro próximo. Segundo levantamento mencionado por Montoro, o novo partido não teria dificuldades em arregimentar, logo em sua fundação, perto de uma centena de parlamentares, e claro que não só peemedebistas, mas a determinação, proveniente do que ocorreu com o escancaramento do PMDB a todo tipo de adesista, é a de guardar coerência na formação dos quadros. Como diz Montoro, "não se trata de fazer um partido grande, porque, se fosse isto, ninguém sairia do PMDB. A idéia é estruturar um grande partido, considerada esta dimensão no sentido de representação fiel de um grande eleitorado. Basta fazer uma continha de somar para concluir o quanto isto é alcançável: só os que estão se ocupando da criação do novo partido já receberam, somados, mais de 40 milhões de votos".

Muitos fatores podem sustar o ímpeto para a criação do novo partido. Entre eles sobressai a definição do mandato de Sarney. Os cinco anos soariam como um toque de clarim para a retirada. Mas já os quatro e meio, para nem falar nos quatro, estimulariam a reconsideração, ao precipitarem as manobras para a sucessão presidencial.

A definição do mandato, portanto, não decidirá apenas o futuro de Sarney, encerrando um ciclo de três anos em que todos os interesses do país e da sociedade estiveram submetidos a um interesse pessoal. O mandato pode decidir também, a médio prazo, o destino do PMDB.

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que manterá contatos com os líderes partidários no início da próxima semana para conseguir um acordo sobre o mecanismo de votação das Disposições Transitórias da nova Constituição, que incluem a duração do mandato do presidente Sarney. Ulysses afirmou que esta fase será diferente das anteriores, quando foram votados capítulos referentes a um mesmo tema. "Os demais textos eram homogêneos", comentou Ulysses. As Disposições Transitórias referem-se a diversos assuntos independentes.

O acordo pregado pelo presidente da Constituinte evitaria o risco do chamado "buraco negro" envolver um dos trechos mais delicados da nova Carta. O "buraco" ocorre quando nenhum dos textos apresentados obtém os 280 votos correspondentes à maioria absoluta. "Sem negociação, complica o processo", afirmou o relator adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), ao sair de uma reunião com Ulysses ontem pela manhã, da qual participaram também o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e o relator adjunto Adolpho de Oliveira (PL-RJ).

Segundo Fogaça, o grupo liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) poderá resistir a votar o texto-base do Centrão, que tem preferência na ordem de votação pelo número de assinaturas considerando alguns de seus pontos inaceitáveis. A saída seria uma fusão de emendas que conseguisse o apoio tanto da liderança do PMDB e os partidos de esquerda quanto do Centrão. Polêmicas como o mandato do presidente Sarney e a anistia a militares cassados iriam para a disputa no voto, além de emendas individuais não abrangidas pelo acordo.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), também reuniu-se ontem com Ulysses e, à saída, disse que o Centrão poderá aprovar sua emenda coletiva sem a necessidade dos votos do grupo de Covas, caso não haja acordo. Ainda segundo



O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP)

Sant'Anna, será possível um entendimento posterior, sobre artigos relativos "à transição da atual para a nova Constituição".

Líderes

As negociações entre os líderes deverão ocorrer após a conclusão do capítulo dos Índios, possivelmente na terça-feira (ou quarta, no máxi-

mo). O senador José Fogaça disse acreditar que os entendimentos levem mais um dia inteiro antes da votação. A partir de quinta-feira, no entanto, os parlamentares começam a deixar Brasília, o que poderia atrasar a definição do mandato até a semana seguinte. Fogaça foi incumbido por Ulysses de conversar com Covas sobre as negociações.

Sant'Anna diz que 5 anos tem 320 votos

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse ontem pela manhã que a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que estabelece um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, receberá 320 votos em plenário, desde que todos os 559 constituintes estejam presentes. Sant'Anna fez a previsão ao deixar a residência do

presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, com quem discutiu o processo de votação das Disposições Transitórias (incluindo a duração do mandato).

Segundo o líder do governo, o capítulo dos Índios (o último antes do início da votação das Disposições Transitórias) continuará a ser negociado na próxima terça-feira "e, com ou sem acordo, deverá ser feita a votação". Mesmo assim,

Sant'Anna evitou arriscar uma data para a definição do mandato.

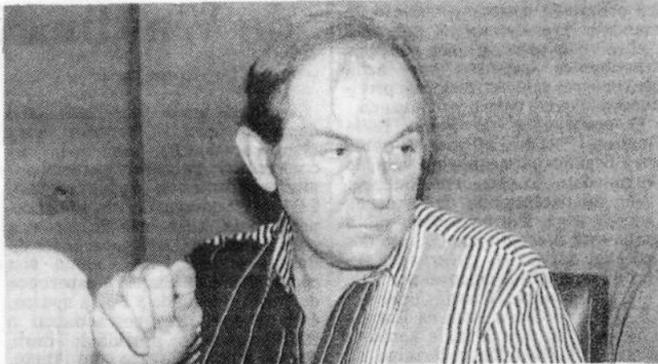
O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse que embora a "atitude geral" dos 72 senadores seja majoritariamente contra o governo, numa proporção de 37 contra 35, o mandato de cinco anos deverá ganhar no Senado por uma vantagem de cinco a seis votos. Gadelha permanece em Brasília neste fim-de-semana mas disse que não há contatos políticos previstos.

Emenda supressiva tenta reeleger Ulysses para presidência da Câmara

Da Sucursal de Salvador

As vésperas da votação das "Disposições Transitórias", está em curso no Congresso constituinte uma articulação que pretende suprimir a proibição de reeleição à presidência da Câmara na mesma legislatura e garantir a permanência de Ulysses Guimarães na direção da Casa. Esta seria a terceira vez que o deputado ocuparia o cargo. Genebaldo Correia (PMDB-BA) —ligado a Ulysses e ao governador Waldir Pires—, autor da proposta, afirmou anteontem em Salvador, que a idéia "tem trânsito" no Congresso constituinte. A proposta, que conta com o apoio do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), quer retirar do texto já aprovado do artigo 69, parágrafo 5º, a expressão "vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente".

O deputado baiano afirma que a permanência de Ulysses na direção da Câmara, após a promulgação da nova Carta, quando os deputados se voltarem para aprovação da legislação ordinária e complementar, "trará mais tranquilidade aos trabalhos, por sua experiência e conhecimento". Segundo Genebaldo, isto também faria com que Ulysses pudesse continuar na vice-presidência da



O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator do Congresso constituinte

República, "sem ter que se submeter à bionidade", através de uma eleição indireta.

Para Genebaldo, a matéria não deveria constar do texto constitucional, mas do Regimento Interno da Câmara. "A inclusão do artigo, depois de 64 foi uma manobra para afastar Ranieri Mazili da presidência da Câmara e Auro Soares de Moura Andrade da presidência do Senado, que ocupavam há muitos anos", acrescenta.

Alheio a esta articulação, o deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves (SP) e Paes de Andrade (CE), já se colocaram com candidatos à sucessão de Ulysses. Genebaldo, porém, quer reeleger não só Ulysses, mas toda a Jesa da Câmara. Sua tese é a de que a Constituinte não permitiu funcionamento normal da Casa, "impedindo que a atual Mesa tivesse a oportunidade de exercer seu papel e mandato".

Medida judicial fez Quércia tirar Ceccato Banespa, diz deputado

Da Reportagem Local

A decisão do governador Orestes Quércia de transferir Otávio Cecatto da presidência do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), nomeando-o, depois, para a Secretaria de Indústria e Comércio, foi decidida após o vazamento da aceitação, por parte do juiz William Marinho de Faria, da 5ª Vara Cível Central paulistana, de medida cautelar determinando o afastamento temporário de Cecatto de seu cargo no banco estadual, enquanto durassem as investigações policiais sobre o caso da venda de ações da corretora Banespa. A opinião é do deputado estadual Luiz Olinto Tortorello (PTB-SP), autor da medida cautelar que constou do processo judicial nº 3088/87.

Em sua decisão sobre a medida, o juiz William Marinho de Faria afirma que, se Otávio Cecatto fosse mantido na presidência do Banespa, durante as investigações policiais, "seus subalternos não teriam a coragem de revelar fatos que o comprometessem". O juiz acrescenta, na sua decisão, que a medida cautelar "perdeu o objeto" com o afastamento de Otávio Cecatto da presidência do Banco, no dia 24.

Simon diz que deputado sempre defendeu 5 anos

Da Sucursal de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, disse ontem estar "convencido" de que o mandato do presidente José Sarney será de cinco anos. Primeiro vice-presidente licenciado do PMDB, Simon afirmou que o presidente do partido, Ulysses Guimarães, sempre apoiou a tese do mandato de cinco anos. O governador, assim, descartou a idéia de que Ulysses tivesse feito um acordo recente nesse sentido com o Palácio do Planalto.

Simon, que defende a permanência dos chamados "históricos" no PMDB, almoçará na quinta-feira com o presidente José Sarney, por quem foi convidado. O governador gaúcho disse que, unidos, os "progressistas", os "liberais" e os políticos de "centro" "isolariam a extrema esquerda, que já é pequena, e a extrema direita, que é maior que deveria ser" no partido. Segundo Simon, o grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP), empenhado na formação de uma nova legenda, "está cometendo um profundo equívoco e vai se lamentar no futuro".